

Onze foram inocentados por falta de provas, apesar dos indícios

Um dos inocentados no relatório final da CPI, o deputado Valdomiro Lima (PDT-RS) protagonizou anteontem à noite uma manifestação pública de gratidão por ter sido salvo da lista. Terminada a longa sessão no Congresso, dirigiu-se ao restaurante Carpe Diem, onde jantavam os membros da CPI, e fez questão de abraçar o senador Garibaldi Alves, relator da subcomissão de subvenções sociais, agradecendo a exclusão de seu nome.

Ao todo, 11 parlamentares foram inocentados por falta de provas. Desses, nove ficaram comprometidos com a descoberta de seus nomes, relacionados a percentuais suspeitos, nos documentos apreendidos na casa de um dos diretores da Odebrecht, sendo que contra três pesavam ainda as acusações do economista José Carlos Alves dos Santos. Mesmo assim, a CPI considerou que não houve indícios suficientes para justificar o pedido de cassação.

Senador Humberto Lucena (PMDB-PB) — Denunciado por José Carlos e citado nos documentos da Odebrecht. A subcomissão de bancos constatou movimentação financeira 120% superior aos seus rendimentos. Mas o presidente do Congresso convenceu alegando devolução de recursos confiscados no Plano Collor, venda de imóveis, resgate de aplicações



No restaurante, o encontro fraterno de Garibaldi, investigador, e Valdomiro, inocentado

financeiras e ressarcimento de despesas médicas pelo Senado.

Senador Alexandre Costa (PFL-MA) — Citado tanto por José Carlos quanto nos documentos da Odebrecht ao lado de percentuais e siglas que poderiam ser de assessores de seu Ministério da Integração Regional, cujo orçamento tinha emendas de interesse da empreiteira. Nada ficou provado.

Senador Mauro Benevides (PMDB-CE) — Citado por José Carlos, o ex-presidente do Congresso acabou elogiado por ter melhorado as condições técnicas do Senado para a elaboração do orçamento, segundo o relatório.

Senador Saldanha Derzi (PRN-MS) — Segundo o relatório, o "núcleo de poder" da Comissão de Orçamento foi o responsável pela transformação de uma emenda de US\$ 867 mil em global, com distribuição de verbas para todo o país. Seu patrimônio foi aceito como justificativa para sua alta movimentação bancária.

Senador Mansueto de Lavor (PMDB-PE) — Citado indiretamente nos documentos da Odebrecht (era o relator-geral do Orçamento de 1992 a 1993). Nada foi provado.

Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) — Citado nos documentos da Odebrecht ao lado do per-

tual "2%" e em papéis apreendidos na casa de José Carlos dos Santos como o mentor de emendas assinadas pelo deputado José Carlos Vasconcelos. Nada foi provado.

Deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA) — Citado nos documentos da Odebrecht. Assessorava Flúza na relatoria do fraudado orçamento de 92 e liberou emendas "em patamar 600% superior aos demais parlamentares", segundo a subcomissão de emendas. Seu patrimônio modesto, no entanto, inocentou-o.

Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA) — Citado nos documentos da Odebrecht ao lado do percentual "4%". Não apresentou declaração de bens em 1990. Mas não ficou provado enriquecimento ilícito.

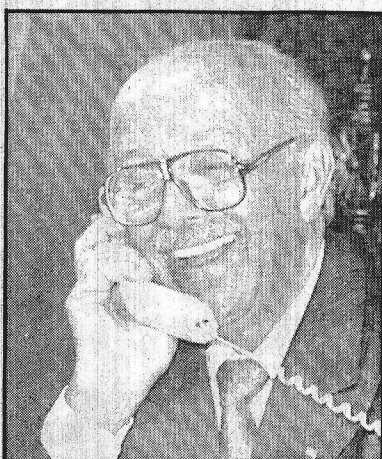
Deputado Osmânio Pereira (PSDB-MG) — Citado nos documentos da Odebrecht, teve movimentações bancárias elevadas. Não foi encontrado, porém, vínculo com o Orçamento.

Deputado Sérgio Guerra (PSB-PE) — Citado por José Carlos e nos documentos da Odebrecht. Acusado de participar da inclusão de emendas após a aprovação pelo Congresso e de defender interesses das empreiteiras. Nada ficou provado.

Deputado Valdomiro Lima (PDT-RS) — Suas iniciais aparecem nos documentos da Odebrecht ao lado do percentual "3%" e do projeto de obras no Porto de Natal. Como relator do setor de Infra-Estrutura e Transportes para 93, destinou Cr\$ 9 bilhões à obra. Nada de incriminatório foi achado contra ele.



Senador Mauro Benevides



Senador Humberto Lucena



Senador Saldanha Derzi



Senador Mansueto de Lavor



Deputado Osmânio Pereira



Deputado Geddel Vieira Lima



Deputado Sérgio Guerra



Senador Teotônio Vilela Filho